

O pós-guerra fria e o futuro geopolítico da América Latina

Lui Martinez Laskowski

Nas últimas décadas, a América Latina viu a volta de um modelo produtivo voltado para fora, com o abandono de um modelo de crescimento pela industrialização e desenvolvimentismo - julgado como obsoleto desde os anos 1980, quando justificou-se que o desenvolvimentismo latinoamericano teria se esgotado.

Marcado por uma forte financeirização do capitalismo global, a ascensão do sistema neoliberal coincidiu, na América Latina, com processos de redemocratização, grandes endividamentos e o colapso do bloco socialista. O Estado neo-oligárquico, ou neo-liberal, em função de pré-requisitos do receituário neoliberal, buscou a liberalização comercial e a desregulamentação financeira - buscando tornar a América Latina ainda mais aberta a capitais estrangeiros.

O Estado sempre teve uma tendência histórica voltada à intervenção, e essa tendência se manteve. Isto não é "natural", e sim decorrente de funções e tradições regionais. O Estado neoliberal latino-americano não é, nem nunca foi, um "Estado mínimo". Um grande exemplo é a Argentina - que aderiu ao receituário neoliberal com maior afã do que outros Estados da região. Isso exemplifica não apenas a atuação estatal necessária para fazê-lo - no fato de que a aposta argentina ultraliberal foi a *plena conversibilidade* entre o dólar e o peso argentino, com taxa de câmbio fixada em lei - mas também a catástrofe econômica advinda da ultra liberalização do espaço econômico argentino, sentido com menos força em outros Estados da região.

Estas mudanças se deram em detrimento do desenvolvimento industrial na região da América latina. Com a ascensão da China, há certa competição hegemônica, mas o modelo produtivo primário-exportador voltado para fora, que ainda precisa de um Estado neo-oligárquico para organização interna, permanece.

Os recursos estratégicos da América Latina são um dos elementos centrais da inserção dependente no sistema internacional moderno e fator de sua subordinação, mas também como fator aglutinador para integração da região enquanto ativos estratégicos comuns para crescimento nacional e regional. A discussão dos recursos estratégicos da região não é apenas técnica, mas política. Estes recursos têm assumido diversos papéis, de forma passiva e como parte de uma articulação ativa das elites locais interessadas no lugar subalterno ocupado pela região.

Os recursos considerados estratégicos são assim considerados porque são escassos e demandados por grandes potências para manter seus níveis de desenvolvimento nacional. Num espaço político cada vez mais fragmentado, a América Latina foi se tornando um alvo internacional de lutas geopolíticas e estratégicas pelo controle desses recursos - em seu padrão dependente de inserção externa.

A água doce é um dos principais recursos naturais da região, o que reforça o caráter de segurança e defesa do controle desse recurso. A maior parte da água da Terra não é apta para consumo, e a América Latina conta com uma grande parte da água doce do mundo - com o maior complexo mundial de água fluvial e subterrânea, compartilhado por vários países da região, como nas bacias do Orinoco, São Francisco, Prata, Amazonas e os dois aquíferos da região. Há alta capacidade de reposição desta água, o que aumenta seu valor estratégico.

A biodiversidade da região é outro recurso notável. As regiões tropicais contam com rica biodiversidade de flora e fauna, que torna a região um alvo de determinados projetos de pesquisa que só podem ser viabilizados a partir desta biodiversidade.

Há também um grau relevante de autossuficiência em matéria de recursos minerais não combustíveis, no Brasil, Chile, México, Colômbia, Bolívia e Argentina. A riqueza está mais na diversidade que na quantidade, que pode contribuir sobremaneira no desenvolvimento interno e inserção externa produtiva.

O petróleo e gás, recursos mais emblemáticos, se tornaram cada vez mais estratégicos, em função do padrão global de produção capitalista. Este padrão é fortemente marcado pelo uso do carvão e outros hidrocarbonetos, e nesse sentido a exploração de petróleo e gás são um grande desafio para a região, sendo capaz de vulnerabilizá-la ou torná-la independente. Os recursos da região precisam ser defendidos conjuntamente. Historicamente, em função de sua abundância e diversidade, a região sempre foi alvo de potências estrangeiras, em virtude da alta demanda de seus recursos. Assim como no passado, os destinos da América Latina sempre estiveram atrelados à disputa e defesa de recursos.

A gerência desses recursos traz possibilidades para o desenvolvimento nacional dos Estados da região. As estratégias nacionais de gerenciamento e controle de recursos abrangem uma série de medidas de manejo eficiente de impactos sociais, ambientais e geração de valor. Uma região periférica como a América Latina, cuja integração sempre terá um papel importante a desempenhar na defesa de interesses comuns, não precisa apenas de estratégias nacionais de controle, mas estratégias *regionais* de produção e controle desses recursos.

Depois de um passado colonial e inserção periférica no sistema capitalista global - passando por períodos de desenvolvimentismo “a convite” da grande potência hemisférica e

períodos de absoluta precarização das capacidades nacionais, como no período unipolar do pós-Guerra Fria - a região viu também uma “era de ouro” da integração, representada pela UNASUL e por seus mecanismos internos, como o Conselho de Defesa Sul-Americano. O total esvaziamento da organização em favor da PROSUL - organização advinda da onda conservadora que, em si, não é nada mais do que uma plataforma jurídica para encontros entre chefes de Estado, muitas vezes virtuais - é extremamente sintomático e emblemático de uma região que, conscientemente ou não, passa por um retrocesso extremamente doloroso naquilo que é absolutamente crucial ao seu desenvolvimento: a integração regional.

Cabe perguntar, pois, quais serão os caminhos da América Latina. Diante da ausência de efetividade da IIRSA e esvaziamento da UNASUL, que ocorrem num momento no qual a janela biológica da região se esvai e os interesses e penetração de potências extrarregionais aumentam, a região vê ameaças específicas e poderosas se acercando e afetando seu desenvolvimento. A primeira delas é o crescente interesse de potências extrarregionais - da Rússia em cooperação estratégica com a Venezuela, dos EUA numa base militar permanente na Colômbia e na cautelosa expansão chinesa em esforços de infraestrutura, extrativismo e comércio. A militarização do entorno estratégico é outra ameaça que se choca com a estratégia da ZOPACAS de manter o Atlântico Sul e restante do entorno pacífico, cooperativo e desmilitarizado - ameaça vista nos esforços britânicos de expansão por meio de suas ilhas no Atlântico Sul e da reativação da Quarta Frota americana. As ameaças internas de segurança - na *inversão do dilema de segurança* de John Herz da região, conforme as ameaças vêm não de Estados limítrofes fortes, mas de Estados fracos e incapazes de impedir o transbordamento de atividades ilegais e violentas em suas fronteiras - são ainda outro desafio que só pode ser vencido tempestivamente pela cooperação e integração regional.

Por fim, duas grandes ameaças se fazem presentes. A primeira é a “maldição dos recursos”, na forma de recursos energéticos, recursos minerais não combustíveis, água e biodiversidade, que, além de oferecerem uma oportunidade de autossuficiência à região, aumentam o interesse externo no controle e desintegração da região - os esforços ambientalistas contra projetos da IIRSA incluíram ONGs estrangeiras que buscavam atrasar sua implementação. Esta ameaça tem como corolário econômico uma predição sombria que deve ser enfrentada - a possibilidade de primarização da economia e desindustrialização, da qual a recuperação seria lenta e dolorosa. O processo de industrialização é, em si, doloroso, e repeti-lo é uma perspectiva que traz consigo muitos sacrifícios no altar do desenvolvimento - que a região deve evitar, com planejamento, integração infraestrutural, técnica, de defesa e em cooperação no que tange as relações externas do subcontinente.